

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


LETRAS
LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

E DEPOIS DO CÔA? A INVESTIGAÇÃO DE ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL DESDE 1995 PARTE 1: A SUL DO TEJO

Andrea Martins¹

RESUMO

Em 1995, o processo Côa provocou uma revolução na arqueologia nacional, levando a que pela primeira vez passa-se a ser independente nos organismos de tutela do património. Esta mudança foi na prática resultado do processo mediático que se desenrolou em torno da polémica da construção da barragem de Foz Côa *vs* preservação das gravuras rupestres. A importância do contexto arqueológico aliada a uma conjugação política favorável fez com que o complexo de arte rupestre do Côa ficasse preservado, iniciando assim uma nova etapa nos estudos de arte rupestre em Portugal.

Ao longo destes 22 anos muitas mudanças ocorreram, quer do ponto de vista administrativo, metodológico, epistemológico, social e académico, existindo uma nova geração de arqueólogos que também investigam sítios de arte rupestre.

Pretendemos com este trabalho fazer uma abordagem historiográfica à temática em questão, abordando os principais sítios e trabalhos realizados. Neste primeiro texto incidiremos sobre a investigação realizada no território a sul do Tejo, ou seja, nos distritos de Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro.

Palavras-chave: Arte rupestre, Historiografia, Sul de Portugal, 1995-2017.

ABSTRACT

In 1995, the Côa process has done a revolution in national archeology, leading to the first time being independent in national heritage organisms. This change was in practice the result of the mediatic process that unfolded around the controversy of the construction of the dam of Foz Côa *vs* preservation of the rock engravings. The importance of the archaeological context allied to a favorable political combination meant that the Côa rock art complex was preserved, thus initiating a new stage in studies of rock art in Portugal.

Throughout these 22 years, many changes have occurred, from an administrative, methodological, epistemological, social and academic point of view, and there is a new generation of archaeologists who also investigate rock art archaeological sites.

We intend with this work to make a historiographical approach to the subject in question, addressing the main sites and works carried out. In this first text we will focus on the investigation carried out in the territory south of the Tagus river, in the districts of Setúbal, Portalegre, Évora, Beja and Faro.

Keywords: Rock Art, Historiography, South of Portugal, 1995-2017.

1. INTRODUÇÃO A UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Este projecto que agora se inicia tem como objectivo realizar uma abordagem historiográfica aos últimos 22 anos de estudos de arte rupestre em Portugal.

Tarefa que poderá se revelar demasiado ambiciosa, pois poderemos ainda não possuir o devido distanciamento temporal que permita uma análise global e de conjunto, relacionando pessoas, acontecimentos, espaços e tempo. No entanto, e tendo em conta estas possíveis limitações, pretendemos sistematizar

1. Uniarq, FLUL-UL; FCT; Associação dos Arqueólogos Portugueses; andrea.art@gmail.com

os principais trabalhos desenvolvidos, recorrendo essencialmente a resultados publicados ou através da consulta do Arquivo Português de Arqueologia. Iniciaremos este trabalho pelo sul, abarcando os distritos de Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, dando assim início a uma série de textos mais analíticos que incidirão sobre todo o território Português, marcando pontos num mapa que parece, no que diz respeito aos sítios com manifestações gráficas, sempre meio cheio. Na realidade são conhecidos muitos sítios em Portugal, mas na prática poucos foram já estudados por especialistas, ou seja, por arqueólogos que estudam contextos arqueológicos. Estas problemáticas epistemológicas e metodológicas serão também abordadas em outros textos, sendo já de destacar também a alteração exponencial relativa a nível académico, levando a que neste momento existam 12 doutorados cujo tema de tese foi relacionado com arte rupestre em Portugal. Numa classe pequena a nível nacional, como é a arqueológica, este número alcança uma dimensão que terá de ser analisada, do ponto de vista académico e pessoal, demonstrando o poder de “atração” de uma temática que infelizmente tem sido subalternizada pela ciência arqueológica.

2. O PONTO DE PARTIDA – A REVOLUÇÃO CÔA

Em 1995 encontravam-se identificados no Sul de Portugal importantes sítios com arte rupestre, destacando-se a Gruta do Escoural, o extenso núcleo do Vale do Tejo, os abrigos com arte esquemática de Arronches e diversos monumentos megalíticos com gravuras (menires). A investigação relativa à arte rupestre encontrava-se estagnada contrastando com a espantosa identificação no Norte do país do complexo artístico do Vale do Côa, que mudará todo o panorama arqueológico nacional.

A “Revolução do Côa” marcou profundamente o estudo da arte rupestre, pois esta foi pela primeira vez verdadeiramente valorizada e reconhecida na sua importância intrínseca, bem como a tomada de consciencialização pública e política da importância da arqueologia, com a suspensão da construção da barragem de Foz Côa. A identificação e divulgação, a partir de 1995, do complexo de arte rupestre do Vale do Côa levou não só à criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), mas também do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) e do Parque

Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), alcançando a arte rupestre um estatuto autónomo na arqueologia nacional. O CNART tinha como função e objectivo não apenas estudar a arte do Côa, mas funcionar como o organismo que teria de inventariar e promover o estudo e a divulgação da arte rupestre em território nacional, bem como zelar pela conservação e salvaguarda dos sítios arqueológicos. Pretendia promover a realização de estudos sectoriais sobre arte rupestre, bem como organizar seminários técnicos e funcionar como a entidade reguladora e tutelar dos trabalhos realizados em sítios com arte rupestre. A constituição de novos especialistas, através da realização de cursos de formação, estaria também nos objectivos do CNART (Baptista, 1995); porém, a maioria destas propostas não tiveram uma continuidade ou não foram mesmo realizadas, em parte devido à extinção do centro no âmbito de uma nova remodelação administrativa. O IPA foi também extinto, sendo integrado no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), que por sua vez deu lugar à actual Direcção-Geral Património Cultural (DGPC), um organismo que tinha sido extinto após o 25 de Abril e que renasceu no século XXI, trazendo consigo toda a pesada máquina burocrática e perdendo a arqueologia a sua independência e autonomia. O património arqueológico português anda assim, presentemente, à mercê de pareceres e decisões políticas, com extinções e reformulações sucessivas, ficando, muitas vezes, para segundo plano o que verdadeiramente importa, ou seja, o estudo, valorização e preservação dos sítios arqueológicos.

3. A SUL DO TEJO

Os últimos 20 anos foram marcados no SW do território português pelo grande empreendimento público de construção da barragem do Alqueva e respectivos canais de rega. Esta obra possibilitou a identificação de numerosos sítios com arte rupestre, de cronologia variada, desde paleolítico até época moderna, levando a que o número de ocorrências crescesse bastante. As restantes novas identificações foram realizadas no âmbito de projectos de investigação, alguns deles direccionados especificamente para a arte rupestre, possibilitando um incremento de estudos específicos. Por outro lado foram efectuadas novas investigações em sítios já bem conhecidos (núcleo de Arronches) ou projectos de valorização

(Escoural) contribuindo para um melhor conhecimento das manifestações rupestres existentes nesta área do território Português².

Ausentes desta abordagem, estarão os milhares de sítios com covinhas que povoam todo o sul de Portugal, que surgem nos mais diversos locais (monumentos megalíticos, rochas isoladas, povoados pré-históricos, castelos.) e cuja larga diacronia abarcará praticamente todos os períodos da ocupação humana. A arte megalítica, apesar de distinta do importante grupo do centro de Portugal, apresenta-se neste território quase exclusivamente com gravuras executadas em esteios de antas ou, e preferencialmente, nos menires existentes quer em cromeleques ou isolados. Destacam-se os Cromeleques dos Almendres e de Portela de Mogos, onde diversos menires apresentam gravações esquemático-simbólicas, fazendo com que a função mágico-religiosa destes recintos Pré-Históricos fique reforçada.

3.1. Sítios emblemáticos já conhecidos: Escoural e Vale do Tejo

Em 1963 foi identificada a mais ocidental das grutas-santuário com arte paleolítica da Europa, a denominada Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo). Corresponde, até ao momento, à única gruta com gravuras e pinturas paleolíticas existente no nosso território, e desde a sua identificação figura nas grandes sínteses de arte paleolítica europeia. O reconhecimento da sua importância ficou bem visível no processo “relâmpago” de classificação do sítio arqueológico em Monumento Nacional, decorridos apenas 6 meses da sua identificação (Figura 1). Do ponto de vista iconográfico estão presentes as representações de espécies mais comuns na imaginética rupestre Paleolítica: auroque (Figura 2), equídeo, cervídeo e cabra, bem como numerosos signos ou motivos abstractos, destacando-se um motivo em forma cónica formado por inúmeros traços paralelos, interpretado como um tectiforme ou possível representação de uma cabana. Tecnicamente foi utilizada pintura (nos tons vermelhos e negro) e tam-

2. O presente texto resulta da adaptação do artigo entregue para as actas do VIII Encontro de Arqueologia do SW Peninsular, realizado em Outubro de 2014. Optámos por incluir este trabalho que permanece inédito até ao momento (Novembro de 2017) iniciando assim este projecto historiográfico a nível nacional, possibilitando também a divulgação de um texto escrito em 2015 e infelizmente ainda não publicado.

bém gravura – motivos filiformes, distribuídos por toda a área da gruta.

Ao longo deste meio século foram realizados inúmeros trabalhos arqueológicos, que incidiram quer na necrópole neolítica que existia no interior da gruta, nas gravuras e pinturas paleolíticas ou ainda na escavação do povoado calcolítico do Escoural sob o qual existem numerosas rochas com gravuras esquemáticas. Esta diversidade levou a que distintas equipas trabalhassem em vários períodos, faltando no entanto uma sistematização monográfica de todos os trabalhos. A última publicação sobre o Escoural (Silva, 2011) tentou superar esta falha, apresentando uma revisão historiográfica pormenorizada, compilando os principais resultados apresentados por diversos investigadores.

Relativamente à arte rupestre somos da mesma opinião de outros investigadores (Gomes, 2002) que o inventário produzido pela equipa luso-belga que efectuou escavações e levantamentos entre 1989 e 1993 (Araújo e Lejeune, 1995) apresenta graves lacunas e alguns erros, não correspondendo à totalidade dos motivos existentes no interior da gruta, principalmente no que diz respeito às gravuras filiformes. Mais recentemente trabalhos efectuados pela equipa do Museu do Côa levaram à identificação de novas manifestações gráficas demonstrando como é imperativo um novo levantamento exaustivo de toda a gruta (Silva, 2011). Iniciou-se igualmente um projecto em parceria com o Laboratório Hércules da Universidade de Évora cujo objectivo é a utilização de técnicas arqueométricas não intrusivas para a caracterização de pigmentos e, também análise de elementos bio-colonizadores que possam afectar as pinturas e gravuras. Os primeiros resultados das análises realizadas através de espectrometria de fluorescência de raios X, combinada com microscopia electrónica de varrimento e microscopia Raman, revelaram que os pigmentos pretos são de componentes diversas (manganês, carvão animal e carvão vegetal) e os vermelhos são óxido de ferro com componentes também distintas (Campos, 2016), resultados que podem abrir um leque de possibilidades de estudo para este sítio já tão bem conhecido.

Na mesma perspectiva o núcleo de rochas com gravuras existentes no topo da colina do Escoural, algumas delas alvo de levantamento por M. V. Gomes não foi ainda devidamente publicado (Gomes *et al.*, 1994; Gomes, 1989; 2002), não se conhecendo a extensão deste conjunto, todos os motivos existentes

e a sua relação exacta com o povoado calcolítico. A possibilidade de estabelecimento de relações estratigráficas entre níveis arqueológicos e gravuras rupestres torna este sítio arqueológico como excepcional para o estabelecimento de periodizações relativas à arte esquemática pós-paleolítica.

No verão de 2017 iniciou-se um projecto de valorização e intervenção arqueológica no povoado exterior do Escoural, de responsabilidade de Ana Vale e Rui Mataloto, realizando-se trabalhos de limpeza e registo das estruturas e das rochas com gravuras rupestres (<http://www.uniarq.net/uniarqdigital8.html>).

No centro do território português encontramos o núcleo do Vale do Tejo, ciclo artístico que comemorou recentemente 40 anos da sua descoberta e posterior submersão. Sobre este importante sítio arqueológico dedicaremos um texto mais extenso em trabalho posterior, lembrando apenas que foi o Vale do Tejo que nos anos 70 catapultou a arte rupestre para um novo patamar dos estudos arqueológicos, só suplantado 20 anos depois com o Vale do Côa.

Relativamente à investigação efectuada destaca-se o trabalho monográfico académico de M. Varela Gomes (2010) onde, pela primeira vez, este ciclo artístico foi exaustivamente descrito, apresentado e discutido, proporcionando assim um inventário para posteriores análises e interpretações. Muito recentemente (Setembro de 2017) foi também defendida a tese de doutoramento de Sara Garcês, intitulada “Cervídeos: símbolos e sociedade nos primórdios da agricultura no Vale do Tejo” abordando um tema específico deste longo ciclo artístico.

Infelizmente o Vale do Tejo não sobreviveu aos desígnios do mundo moderno tendo a barragem do Fratel submergido a quase totalidade dos diversos núcleos de gravuras (Figura 3). Resta-nos ainda umas décadas até à desactivação da barragem e, talvez, as gravuras estejam novamente visíveis.

3.2. Arte móvel paleolítica: as placas de Vale de Boi

O sítio arqueológico de Vale de Boi (Vila do Bispo), identificado em 1998 e alvo de intervenções arqueológicas em três áreas distintas (Declive, Plataforma e Abrigo), mostra ocupação humana durante todo o Paleolítico, prolongando-se por época holocénica com um nível de ocupação datado do Neolítico Antigo (Bicho, 2006: 109). Na área de intervenção do Abrigo foram identificadas aproximadamente uma dúzia de placas de xisto com gravuras abstrac-

tas datadas do Gravetense, Porto-Solutrense e Magdalenense, bem como uma outra com gravuras de motivos zoomórficos de cronologia Solutrense (24-25000 calBP) (Bicho *et al.*, 2012).

Nesta pequena placa, identificada em 2005, foram identificadas quatro figuras sobrepostas entre si, três auroques e um provável cervídeo. Esta placa mostra sinais de preparação prévia e todo o espaço operativo foi utilizado, havendo um preenchimento de toda a superfície, formando este palimpsesto de motivos. Segundo os investigadores, o normativismo das representações de auroques revelam a sua execução por um único autor, que em diferentes fases (sequenciais) gravou estes motivos pela seguinte ordem: linha cérvico dorsal + falo + patas dianteiras + cabeça + focinho + pescoço + patas traseiras/barriga (Bicho *et al.*, 2012). O outro lado da placa não mostra gravuras rupestres mas traços e marcas resultantes da extracção de colorante ferruginoso, revelando assim uma dupla função deste artefacto (Figura 4).

Posteriormente foi publicado outro estudo que faz a revisão da placa anteriormente referida, bem como apresenta uma outra placa Solutrense também com motivos gravados (Simón Vallejo *et al.*, 2012). Esta segunda placa, identificada em 2006, apresenta um motivo abstracto caracterizado por um conjunto de linhas convergentes curvas, traçadas da esquerda para a direita, formando uma espécie de feixe de traços. Também esta placa foi utilizada para retirar material colorante e, simultaneamente, para local de gravação de um dispositivo iconográfico específico. Estes artefactos correspondem ao núcleo de arte móvel paleolítica mais setentrional do sul da Península Ibérica, tendo também a datação mais antiga. As placas de Vale de Boi inserem-se assim no conjunto de sítios com arte móvel paleolítica já identificados no território Português: Fariseu e Quinta da Barca (Vale do Côa), Chancudo (Beja), Xarez (Monsaraz), Buraca Grande (Rendinha) e Caldeirão (Tomar). Este conjunto de sítios foi aumentado recentemente com o excepcional achado de centenas de placas gravadas no Terraço da Foz do Medal, sítio intervencionado no âmbito da construção da barragem do Sabor (Figueiredo *et al.*, 2015), bem como com as placas gravadas do sítio arqueológico da Cardina I em Foz Côa (Aubry *et al.*, 2015).

3.3. O grande projecto do Alqueva

Datam de 1975 as primeiras prospecções não institucionais na área da futura barragem do Alqueva,

feitas por José Morais Arnaud e alguns alunos, com o principal objectivo de identificar sítios de cronologia paleolítica, num momento em que ainda não havia um plano de salvaguarda traçado nem legislação que a isso exigisse. Foram constituídas diversas equipas nos anos seguintes, realizando-se trabalhos de prospecção mais ou menos intensivos (Estudos de Impacte Ambiental de 1985 e 1995), até, e após numerosas alterações institucionais, tutelares e políticas, se alcançar um “Quadro Geral de Referência” publicado na íntegra em 1999 (Silva, 1999). Neste inventário com 1525 referências, apenas duas surgem com a classificação de “arte rupestre”, os sítios da Aqualta 6 (95694) e Aqualta 7 (95699), existindo 35 referências classificadas de “Pedra com covinhas”, não tendo qualquer outra descrição (Silva, 1999).

Na actualização da base de dados do inventário dos sítios arqueológicos, publicada em 2000, no 2º volume das Memórias d’Odiana surge apenas mais um sítio integrável na categoria de arte rupestre: Zambujeiro 2 (Portel), nº 1556, descrito como “um grande monólito em xisto, apresentando gravadas numa das faces três covinhas”, de cronologia Neo-Calcolítica (Silva, 2000: 327).

Analisando assim a bibliografia produzida verifica-se que até 2000 eram conhecidos na área a afectar pelo projecto de construção da maior barragem de Portugal e respectivo regolfo (25 000 hectares) somente 3 sítios com arte rupestre e cerca de três dezenas de pedras com covinhas. Não foi efectuada prospecção intensiva direccionada para arte rupestre, acção sugerida em 1997 por Mário Varela Gomes aos técnicos da EDIA após visita a alguns dos sítios identificados (Gomes, 2001: 51).

Apenas no início do novo milénio, pela primeira vez, uma entidade – o Instituto Português de Arqueologia – refere que deveria ser realizada uma prospecção direccionada para a arte rupestre, tendo apresentado proposta a ser executada pelo ainda existente CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) em Outubro ou Novembro, trabalhos não realizados por dificuldades logísticas. Simultaneamente, em finais de Outubro de 2000 a EDIA foi informada pelo arqueólogo da Junta da Extremadura, responsável pelo acompanhamento do processo no sector Espanhol do regolfo, da descoberta de um importante núcleo de gravuras junto do Guadiana, próximo de Cheles. Os trabalhos iniciaram-se imediatamente e decorreram durante 2001 efectuando-se prospecção intensiva e levantamentos de todas as gravuras ru-

pestres pela equipa espanhola, tendo mesmo sido alterada a metodologia após a identificação de gravuras filiformes paleolíticas. Do lado Português, apenas em Abril de 2001 (através de email de Manuel Calado para o IPA a 26 de Abril), se viriam a identificar as primeiras gravuras, iniciando-se também os trabalhos de levantamento ficando sob responsabilidade de António Martinho Baptista, então director do CNART (Silva, 2001: 85).

O processo mediático que decorreu intensamente nos meses seguintes catapultou uma vez mais a arqueologia para a primeira página dos jornais, levando a uma troca acesa de posições entre vários investigadores. Os trabalhos arqueológicos de levantamento das numerosas rochas com gravuras rupestres, quer na margem portuguesa como na margem espanhola, foram assim efectuados por equipas especializadas em arte rupestre (CNART e arqueólogos Junta de Extremadura) e os resultados encontram-se publicados nas monografias da EDIA. Neste caso, e, ao contrário do que aconteceu no Vale do Tejo, foram necessários apenas alguns anos para toda a comunidade ter acesso aos registos pormenorizados, ao conhecimento integral destas rochas historiadas e de todo este importante ciclo artístico, que, neste momento, se encontra submerso pelo grande lago do Alqueva. Ainda sobre o projecto Alqueva um dos sítios arqueológicos contemplados desde o início do plano de minimização da barragem do Alqueva foi a transferência e salvaguarda do Cromeleque do Xarez (Monsaraz). Este peculiar cromeleque, de formato quadrangular com menir central, foi intervenção por Mário Varela Gomes, que durante os trabalhos de levantamentos identificou em alguns dos menires gravuras rupestres. Estas são maioritariamente constituídas por covinhas, algumas delas alinhadas como no grande menir central (Figura 5), mostrando também um dos menires um báculo gravado (Gomes, 2000).

3.3.1. Aqualta 7

O sítio arqueológico denominado de Aqualta 7 (Mourão) foi identificado durante os trabalhos de prospecção da área a afectar pela barragem do Alqueva em 1995, correspondendo a um dos escassos sítios com arte rupestre referidos no Quadro Geral de Referência, com o número de inventário 95699 (Silva, 1999). Desta forma estava contemplada a realização de trabalhos de salvamento arqueológico, tendo ficado enquadrado no Bloco 5 do Plano de

Minimização de Impactes sobre o Património Arqueológico na área do regolfo do Alqueva, bloco este destinado aos contextos da Pré-História recente da margem esquerda do Guadiana sob responsabilidade científica de António Carlos Valera.

O levantamento e estudo deste sítio com arte rupestre foi efectuado por Lara Bacelar Alves, estando publicado na íntegra na monografia do Bloco 5 (Alves, 2013; Valera, 2013). Trata-se de uma rocha localizada no topo de uma vertente sobranceira ao rio Guadiana, à cota relativa de 160m e por esta razão não deverá ter sido afectada directamente pela albufeira do Alqueva.

A superfície decorada insere-se num imponente afloramento xistoso, pouco perceptível a cotas baixas, mas com uma excelente visibilidade para todo o vale do Guadiana, estando muito próximo do povoado calcolítico de Moinho de Valadares.

A composição desta rocha historiada é constituída exclusivamente por motivos filiformes, predominantemente motivos lineares. Estes foram executados por uma incisão ou abrasão directa, superficial, obtida através de um instrumento lítico muito aguçado ou instrumento metálico. Os motivos presentes são: lanças, motivos antropomórficos, reticulados, motivos geométricos, soliforme e inúmeros traços mais ou menos profundos.

A análise à composição permitiu definir uma largadiazonia, com sucessivos episódios de gravação, dando origem ao profuso palimpsesto, não sendo no entanto possível definir um momento inicial de execução. Através de paralelos iconográficos foi possível definir que um dos momentos de gravação se situe no final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro (paralelos com as armas) e que o motivo soliforme poderá ter sido executado num período relacionado com uma das fases de ocupação do povoado, nomeadamente no Calcolítico (Alves, 2013: 532). Este sítio arqueológico encontra-se directamente relacionado com o sítio Agualta 6, sendo intervisíveis, correspondendo a uma estação característica da denominada arte Esquemático-Linear, tendo representações de armas, figuras antropomórficas, signos geométricos, figuras ovóides, entre outros.

A Agualta 7 enquadra-se também no ciclo de Arte Esquemático-Linear, cujas balizas cronológicas foram definidas por vários investigadores como tendo início na Idade do Bronze até ao final da Idade do Ferro. Na análise a esta rocha destaca-se também o facto de determinadas áreas da superfície terem

sido escolhidas sistematicamente para execução do reportório iconográfico, levando às sobreposições já referidas, efectuadas também em épocas históricas. De cronologia moderna salienta-se uma curiosa figura antropomórfica, com roupa – casaco, calças, sapatos e chapéu (Figura 6) (Alves, 2013: 535).

3.3.2. Ciclo artístico do Guadiana

O núcleo de gravuras do Guadiana foi identificado no início da primeira década de 2000 e distribuía-se pelas margens do Guadiana, em território português (margem direita) e em território espanhol (margem esquerda). A maioria das rochas historiadas, actualmente submersas pela barragem do Alqueva, encontram-se em território espanhol, sendo que na margem portuguesa a quantidade e diversidade temática seria menor. Encontra-se publicada a monografia dos trabalhos efectuados na margem espanhola (Collado Giraldo, 2006), sendo que mais recentemente foi também publicada a monografia dos trabalhos efectuados na margem direita (Baptista e Santos, 2013), pelo então CNART. Ainda sobre as rochas da margem portuguesa tinham já sido publicados alguns estudos sintéticos (Baptista, 2001; 2002). O reportório iconográfico e a implantação topográfica mostram paralelos com o Vale do Tejo, predominando as figuras abstractas e geométricas. As circunstâncias de emergência e salvamento pelo registo também se repetiram 30 anos depois, levando a que fossem utilizados diversos métodos de registo e de levantamento das gravuras, como a realização de moldes de látex e visualização das gravuras através do método bicromático.

Na margem espanhola foram identificados, no núcleo de Molino de Manzanares, 565 painéis, com gravuras de vários períodos, desde época paleolítica até Idade do Ferro (Collado Giraldo, 2006) (Figura 7), correspondendo este núcleo a mais de dois terços da arte rupestre do Guadiana (Baptista 2001).

Na zona da Moinhola, já no lado português, foram identificados 118 painéis com gravuras, sendo que outros núcleos – Mocissos, Roncanito, Malhada das Taliscas, Malhada dos Gagos, Foz de Pardais, Perdigoa, entre outros, são de menores dimensões. Ao todo foram inventariadas 238 rochas, distribuídas ao longo de mais de 30 km na margem direita do rio Guadiana, tendo sido todas as rochas alvo de levantamento, mesmo as que apresentavam apenas motivos recentes ou manchas de ponteados dispersos (Baptista, 2002).

Foram estabelecidos para este “santuário rupestre” quatro períodos iconográficos. O primeiro, ainda no Paleolítico Superior, num momento final do Magdalenense, com um reduzido repertório iconográfico apenas existente em duas rochas (Rocha 30 de Moinhola e Rocha 1 de Porto Portel). O segundo período abarca um vasto leque temporal, entre o IV e o III milénio a.C., correspondendo à grande maioria das rochas historiadas, que mostram iconografia muito diversa (antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos), sendo as morfologias circulares predominantes (Figura 8). A iconografia e técnicas de execução características da Idade do Ferro foram referenciadas em algumas rochas, constituindo assim o terceiro período. E por último o quarto período, onde foram identificadas diversas gravuras de época moderna e contemporânea (Baptista e Santos, 2013).

3.3.3. Regolfo do Açude do Pedrógão

Ainda no âmbito do projecto Alqueva foi efectuada pela equipa do CNART trabalhos de prospecção e levantamento, na área do Açude do Pedrógão, realizados em Outubro-Novembro de 2002. Identificaram-se diversas rochas com gravuras inseridas cronologicamente na Pré-história recente e em períodos já históricos (Moinho dos Bilores, Moinho do Carneiro, Moinho da Barca, Ribeira do Sobroso, Azenhas da Rabadoa e Abrigo dos Galeados), destacando-se porém neste trabalho a identificação de um abrigo com pinturas rupestres (Baptista e Santos, 2013: 305).

Este abrigo – Abrigo do Bufo – corresponde assim ao sítio arqueológico com vestígios pictóricos, identificado e publicado, localizado mais a sul do território Português. Trata-se de uma superfície vertical de xisto quartzítico, semi-abrigada por uma pala, localizada na margem direita do rio Ardila, margem esta oposta ao bem conhecido povoado proto-histórico da Azougada.

Foram identificados três painéis, mostrando o primeiro deles um interessante motivo pintado formado por 10 barras verticais e paralelas, formando quase um motivo pectiniforme. A coloração é homogénea, de um vermelho vinoso, tendo sido executadas sem qualquer preparação da superfície de base, técnica recorrente no ciclo de pintura rupestre esquemática peninsular. Os outros dois painéis apresentam motivos gravados, pela técnica filiforme, formando no painel 2 um motivo geométrico,

enquanto que no painel três apenas um motivo não figurativo (Baptista e Santos, 2013: 308).

3.4. Rocha da Hera: um pequeno abrigo no sudoeste Alentejano

A Rocha da Hera localiza-se em Odemira (Beja) e foi identificado por Lara Bacelar Alves e Jorge Vilhena após indicações de um habitante local, no âmbito de um projecto de investigação. Ao visitarem o abrigo, de acesso difícil e com recurso a iluminação artificial, reconheceram o dispositivo iconográfico constituído por gravuras esquemáticas.

Foi utilizado como refúgio esporádico de pastores e a ele está associada uma lenda da Moura Encantada, plenamente conhecida pelos habitantes locais (Vilhena e Alves, 2007).

O dispositivo iconográfico localiza-se no tecto do abrigo e é formado por dois motivos antropomórficos e numerosos signos lineares, que se sobrepõem mutuamente criando um emaranhado de linhas.

São gravuras incisas, filiformes, sendo que o primeiro antropomorfo sobressai nesta superfície, mostrando braços, pernas e mãos bem abertos. Trata-se de uma figura esquemática executada intencionalmente sobre o caos de linhas rectas, curvas ou ovais que não formam qualquer tipo de composição reconhecível iconograficamente. O segundo antropomorfo localiza-se numa zona mais lateral e aproveita a configuração do próprio relevo, sendo igualmente esquemático, com representação das extremidades e executado por incisão muito fina.

Os investigadores enquadraram estes motivos no denominado ciclo de Arte Esquemático-Linear, sendo que através de várias considerações como a sua relação com a necrópole de cistas, a implantação e características morfológicas dos antropomorfos, consideraram que estas gravuras foram executadas em meados/finais do 2º milénio a.C. (Vilhena e Alves, 2007).

4. NOVAS DESCOBERTAS E NOVAS ABORDAGENS A SÍTIOS TÃO BEM CONHECIDOS: O NÚCLEO DE ABRIGOS DE ARRONCHES

Nestes últimos anos têm sido realizados importantes trabalhos de revisão ou de novas abordagens a sítios com arte rupestre conhecidos já desde inícios do século XX, destacando-se o núcleo de abrigos de Arronches. Nesta área geográfica, Serra de São Mamede – Portalegre, Marvão, Arronches – têm sido

desenvolvidos trabalhos de prospecção por várias equipas, nomeadamente por Jorge Oliveira da Universidade de Évora, levando à identificação de numerosos abrigos com pinturas esquemáticas.

4.1. Prospeccionar, olhar e identificar

No Norte Alentejano foram assim identificados vários abrigos com Pintura Rupestre Esquemática (PRE), iniciando-se as descobertas em Abril de 2003 com a identificação, por Maria Ribeiro, do Abrigo do Ninho do Bufo, localizado na Penha da Esparoeira, em Marvão. Encontra-se a escassas centenas de metros da fronteira luso-espanhola, numa imponente formação quartzítica, estando o pequeno abrigo a meia encosta, encaixado numa reentrância, possuindo grande visibilidade sobre o território envolvente. O dispositivo iconográfico é formado por representações idiomórficas (pontos e barras) e figuras antropomórficas, tendo sido utilizados pigmentos de coloração vermelha e também branca. Estes motivos foram interpretados como contadores, apresentando paralelos com os abrigos existentes em Esperança, sendo a cronologia atribuída da transição do IV para o III milénio a.C. (Ribeiro, 2011).

Nos últimos anos vários PNTA's foram propostos por Jorge Oliveira, alguns em co-direcção com Clara Oliveira, com objectivo de efectuar o estudo da PRE existente na Serra de São Mamede e proceder a prospecções intensivas nos maciços quartzíticos existentes desde o cerro de Marvão até à área de Esperança. Foram também efectuadas escavações arqueológicas nos abrigos já conhecidos (Oliveira e Oliveira, 2013; 2015a; 2015b), procurando contextualizar as pinturas esquemáticas e estabelecer sequências crono-culturais.

Alguns destes abrigos identificados em prospecção foram já referenciados em diversas publicações (Oliveira e Oliveira, 2015a), sendo efectuada uma descrição sumária. São eles:

- Abrigo do Pego do Inferno – localiza-se perto da Ribeira do Abrilongo, junto à fronteira com Espanha, e o acesso efectua-se pelo território espanhol apenas em tempo seco e no Verão devido ao caudal da ribeira. O dispositivo iconográfico localiza-se no interior do abrigo, no tecto e paredes laterais, sendo constituído por antropomorfos esquemáticos e ramiformes;
- Abrigo dos Louções 2 – localiza-se nas proximidades da Lapa dos Louções, junto do marco geodésico dos Louções e virado a sul, corres-

pondendo a um pequeno abrigo onde foram pintados dois antropomorfos esquemáticos;

- Outeiro das Pratas – localiza-se na localidade de Pratas e, em um de três pequenos abrigos, foram visualizadas pinturas esquemáticas na face exterior virada a nascente;
- Cerro das Lapas é um abrigo com pinturas esquemáticas na face interior nascente, localizado na localidade das Lapas;
- Abrigo da Senhora da Penha localiza-se em Portalegre, sendo de reduzidas dimensões, estando virado a poente e o dispositivo iconográfico constituído por dois antropomorfos (Oliveira e Oliveira, 2015a: 209);
- Relvinha – encontra-se em Marvão, a escassos metros da muralha, numa parede quartzítica quase vertical, onde se visualizam dois painéis, com motivos de cor vermelha constituídos por traços paralelos e serpentiformes sobrepostos (Oliveira e Oliveira, 2015a: 210);
- Sapoio – pequeno abrigo localizado na escarpa do Sapoio (Marvão) onde foram identificadas várias linhas de cor preta (Oliveira e Oliveira, 2015: 210).

São referidos ainda os abrigos Pedra Torta, Ti Raposa e Serra da Cabaça (Oliveira e Oliveira, 2009; 2015a). Deste conjunto de novos abrigos destaca-se a Gruta da Senhora da Lapa, na freguesia de Alegrete, concelho de Portalegre. Este abrigo foi identificado em Setembro de 2009 e localiza-se no interior da Ermida da Senhora da Lapa, numa íngreme encosta virada a Espanha, a escassos metros da fronteira. Trata-se de uma gruta ou abrigo natural, aberta na formação quartzítica, e na qual foi construída na sua entrada uma ermida cristã. O acesso faz-se actualmente por uma pequena passagem sob o altar, entrando-se numa larga sala formada por dois patamares, separados por um muro. Este muro secciona longitudinalmente o abrigo e poderá ter funcionado como o altar primitivo, sendo que no solo do nível inferior encontravam-se blocos de xisto e quartzito, bem como fragmentos de argamassa e tijoleira. As paredes foram anteriormente caídas, porém, o estado de desagregação da cal permite observar a existência de representações esquemáticas vermelhas, constituídas por figuras antropomórficas, digitações e barras. Os investigadores efectuaram uma sondagem arqueológica no interior da gruta, identificando um nível sedimentar com abundantes fragmentos de estuque decorado, interpretado como pertencente

ao altar primitivo e enquadrado cronologicamente no século XV. Relativamente ao dispositivo iconográfico, este é formado por diversos antropomorfos e digitações, tendo sido efectuado decalque e registo fotográfico, bem como a topografia da cavidade (Oliveira e Oliveira, 2015a).

Verificamos assim que a prospeção direccionada para identificação de sítios com manifestações pictóricas apresenta bons resultados quando efectuada por equipas sensibilizadas para isso e com experiência arqueológica. As cristas quartzíticas que se desenvolvem desde o Tejo, passando por Portalegre até Arronches mostram-se assim como locais propícios (pelas próprias condições geológicas e geomorfológicas) à ocorrência de pinturas, sendo necessários mais trabalhos de prospeção intensiva que poderão alargar este conjunto de sítios arqueológicos.

4.2. Voltar ao que estava estudado. Ou será que estava?

Na segunda década do século XX destacam-se no panorama arqueológico português os trabalhos desenvolvidos pelo Abade Henri Breuil, que inicia o seu contacto com os sítios com arte no nosso território através do Abrigo de Valdejunco em Arronches. O estudo deste abrigo, identificado em 1917, corresponde ao primeiro trabalho sistemático e científico efectuado numa estação de arte rupestre, tendo sido publicado na monumental obra de Breuil “Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique”, de quatro volumes, editados entre 1933 e 1935 (Gomes, 2002: 143). No capítulo IV do I volume, H. Breuil descreve dois abrigos com pintura esquemática existentes no norte do país: Cachão da Rapa e Pala Pinta, não tendo porém os visitado (Breuil, 1933a), dedicando posteriormente no volume IV um capítulo (VIII) exclusivamente à descrição pormenorizada do Cachão da Rapa (Breuil, 1935). O abrigo de Arronches surge primorosa e detalhadamente descrito e apresentado o decalque no volume II, capítulo X (Breuil, 1933b), correspondendo, ainda actualmente, a uma das melhores descrições existentes sobre a Lapa dos Gaivões.

Durante todo o século XX diversos investigadores e curiosos visitaram a Lapa dos Gaivões, efectuando “levantamentos” ou estudos parciais, tendo sido na década de 60 identificados os abrigos denominados de Lapa dos Louções e Igreja dos Mouros e, mais recentemente, (anos 80) o denominado Abrigo Pinho Monteiro (Castro e Ferreira, 1960-1961; Gomes,

1984; 1985; 1989a; Oliveira e Borges, 1998; Oliveira, 2004; Peixoto, 1997; Pestana, 1984; 1987; Santos Júnior, 1942).

Entre 2009 e 2014 os abrigos de Arronches estiveram integrados num PNTA intitulado “Abrigos com arte esquemática do Centro de Portugal: mundo simbólico e antropização da paisagem”, de responsabilidade científica da signatária, correspondendo ao projecto de doutoramento, publicado já monograficamente (Martins, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016). O principal objectivo era fazer uma revisão dos estudos existentes, efectuando, pela primeira vez, um levantamento integral e sistemático de toda a iconografia existente nos 4 abrigos (Lapa dos Gaivões, Lapa dos Louções, Igreja dos Mouros e Abrigo Pinho Monteiro), integrando este núcleo de abrigos no ciclo de Arte Esquemática Peninsular.

Em 2009 foi igualmente apresentado outro PNTA intitulado “ARA – Arte Rupestre de Arronches”, de responsabilidade de J. Oliveira e C. Oliveira, igualmente aprovado pela DGPC. Neste projecto os investigadores pretendiam realizar diversos trabalhos arqueológicos nos vários abrigos conhecidos, nomeadamente novos registos gráficos, topográficos e fotográficos, bem como novas sondagens no Abrigo Pinho Monteiro, na Lapa dos Gaivões e na Igreja dos Mouros (Oliveira e Oliveira, 2013; 2015a; 2015b).

Face à extensa bibliografia produzida nos últimos anos, nomeadamente a de carácter monográfico (Martins, 2014; 2016), não se justifica uma nova descrição pormenorizada dos 4 abrigos de Esperança (Lapa dos Gaivões, Lapa dos Louções, Igreja dos Mouros e Abrigo Pinho Monteiro). Será assim apenas apresentada uma breve descrição dos reportórios iconográficos existentes e trabalhos arqueológicos desenvolvidos, tendo em conta que estes abrigos mostram uma elevada variabilidade de tipologias de motivos e os resultados alcançados com as intervenções são também importantes. Resta-nos salientar a importância destes 4 sítios arqueológicos integrados no ciclo de Pintura Rupestre Peninsular, cuja cronologia abarca toda a Pré-História recente até ao início da Idade do Bronze. Esperamos assim que nos restantes abrigos, recentemente identificados, sejam também efectuados estudos monográficos.

4.2.1. Lapa dos Gaivões

A Lapa dos Gaivões corresponde a um abrigo quartzítico de grandes dimensões localizado na vertente Sul da Serra dos Louções.

Foram identificados 64 motivos, que correspondem a 291 figuras, sendo predominantes os pontos (168) e as barras (72). Os 26 motivos antropomórficos e os nove zoomorfos destacam-se igualmente no reportório iconográfico (Figura 9). Menos frequentes são os motivos geométricos (5), os indeterminados (5), os motivos de tendência circular (3), os tectiformes (2) e, com apenas um exemplar, os motivos diversos, neste caso, caracterizado como um possível idoliforme (motivo 35) (Martins, 2016).

A equipa de Évora realizou sondagens na plataforma inferior do abrigo, onde referem ter visualizado à superfície duas estruturas circulares, nas quais foram implantadas as quadrículas de escavação. Os resultados são muito parcos, apenas uns possíveis restos de talhe em quartzo hialino, e numa das sondagens um possível buraco de poste (Oliveira e Oliveira, 2015a: 202). Não obstante os resultados da intervenção, os investigadores continuam a referir que as “estruturas” (interpretadas por nós como blocos de abatimento da crista quartzítica) correspondem, a maior delas, ao local de confinamento de gado e, a mais pequena, à cabana do pastor.

4.2.2. Lapa dos Louções

A Lapa dos Louções corresponde a uma estreita fenda, originada por uma diáclase, cuja abertura encontra-se disposta lateralmente à parede quartzítica. Mostra um interior de reduzidas dimensões, sendo apenas possível visualizar o reportório iconográfico através de iluminação artificial.

Foram caracterizados nove motivos iconográficos neste abrigo. No painel 1 surgem dois motivos: um antropomórfico e um indeterminado. No painel 2 temos sete motivos iconográficos: 3 motivos rectangulares – tectiformes, 1 motivo polilobolado (categoria diversos) (Figura 10), 2 motivos geométricos e 1 motivo indeterminado (Martins, 2016).

4.2.3. Igreja dos Mouros

A Igreja dos Mouros é um abrigo de média dimensão, formado pela sobreposição de grandes blocos que originaram um espaço interior amplo.

O reportório iconográfico é reduzido, tendo sido identificadas oito figuras, onde se destacam os três motivos ramiformes (Figura 11). A restante iconografia é constituída por uma barra, um antropomorfo, um tectiforme, um motivo geométrico e um indeterminado (Martins, 2016).

A equipa de Évora realizou em 2012 três sondagens

neste abrigo, duas localizadas no interior e a restante na plataforma exterior. A sondagem na zona mais interior do abrigo revelou apenas, junto da sua base, duas concentrações de ocre. Foram recolhidos carvões cuja datação é: Beta-336388: 4320 +/- 30BP, calibrado a 2 sigma – CalBC 3080 a 3060. Na sondagem juntos dos painéis com pinturas rupestres identificou-se um muro, que se adossa à base de lajeira, podendo ter funcionado como paravento do abrigo. Os materiais recolhidos apontam para uma cronologia de Calcolítico pleno sendo constituídos por duas pontas de seta em xisto, um movente de granito e dois fragmentos de prato de bordo espessado. Estes materiais são consentâneos com a datação obtida na sondagem mais interior.

Na sondagem realizada no exterior do abrigo identificou-se o limite de outra estrutura que delimitava o átrio, sendo que datação resultante dos carvões recolhidos foi: Beta 336387: 920 +/- 30BP, calibrado a 2 sigma CalAD 1010-1170, data esta relacionada claramente com a época de conquista cristã (Oliveira e Oliveira, 2015a: 211).

4.2.4. Abrigo Pinho Monteiro

Este imponente abrigo localiza-se no topo da Serra do Cavaleiro, sendo a entrada de grandes dimensões. O reportório iconográfico é formado por 42 motivos, que correspondem a 98 figuras, sendo predominantes as barras (44), os pontos (25) e os motivos antropomórficos (16) (Figura 12). Destacam-se pela sua singularidade a presença de dois motivos soliformes. Menos frequentes são os motivos indeterminados (5), os geométricos (3) e os restos de pigmento (1). Surge, ainda, um único motivo ramiforme e um motivo enquadrado nos diversos, neste caso, caracterizado como um idoliforme (motivo 39) (Martins, 2016).

A equipa de Évora realizou também neste abrigo uma sondagem arqueológica, junto da área intervencionada nos anos 80 por M. Varela Gomes, tendo sido recolhido apenas material lítico (sílex e quartzo hialino) em zonas de limpeza integrado nas indústrias microlíticas cuja cronologia proposta é bastante lata – desde Paleolítico final, Mesolítico ou Neolítico Antigo.

Foram efectuadas três datações: a APM2 proveniente de uma mancha de carvões e cinzas – Beta 296435: 920 +/- 40BP, calibrada a 2 sigma – CalAD 1010-1170, uma data claramente inserida em época medieval, podendo assim estar relacionada com a

obtida na Igreja dos Mouros. As outras duas datações de carvões recolhidos sobre a base da rocha no interior do abrigo e junto da parede revelaram cronologias mais antigas: 1ª Beta 296433 – BP 9640 +/-50BP, calibrada a 2 sigma – CalBC 9250 a 9100, e a 2ª datação – Beta 296434 – BP 8390 +/-40BP, calibrada a 2 sigma – CalBC7570 a 7460, demonstrando, segundo os autores, que desde finais do Paleolítico e também no Mesolítico foram feitas fogueiras no abrigo, sendo que num período entre neolítico e Idade do Bronze foi erguido o muro à entrada e efectuado o reportório iconográfico existente no tecto e paredes (Oliveira e Oliveira, 2015a: 212).

Estas datações sobre carvões, recolhidos na base do abrigo, na sua zona mais exterior, não se percebendo se fazem parte de estruturas de combustão (referidas mas não caracterizadas ou apresentadas graficamente) são certamente importantes, mas deverão ser integradas numa apresentação total da intervenção arqueológica realizada, que se localizou numa zona bastante perturbada (é referido que a sondagem foi marcada junto do corte dos anos 80 que estava em mau estado de conservação). Efectivamente entre o final do Paleolítico e o Neolítico as comunidades continuaram a expressar-se graficamente, quer através de pinturas (Martins, 2014) ou gravuras, bem como por artefactos simbólicos. Porém, tal como a data medieval não deverá ser directamente relacionada com as pinturas, também estas datações mais antigas terão de ser encaradas com prudência quando extrapoladas para atribuição crono-cultural do reportório iconográfico. Poderão relacionar-se ou não, facto que não será comprovado devido à impossibilidade actual de datação directa destas pinturas.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS E PALAVRAS FINAIS

Estas breves linhas tentaram assim ser uma primeira abordagem à arte rupestre no sul do território Português, ficando muito por dizer, nomeadamente no que diz respeito à arte megalítica e ao extenso “mundo” das covinhas que se distribuem por todo o território e abarcam cronologia muito variada.

Analisando a distribuição geográfica dos principais sítios identificados verifica-se que há uma ausência quase total em toda a faixa litoral, situação esta que poderá ser justificada por diversas circunstâncias. Podemos estar perante questões de preservação di-

ferencial dos sítios arqueológicos, directamente relacionada com o tipo de substrato geológico, que por um lado não apresenta superfícies passíveis de ter manifestações quer gravadas quer pintadas, como não possibilita a sua preservação e consolidação (exp. arribas fósseis do litoral). Igualmente questões arqueográficas poderão justificar esta situação, nomeadamente a inexistência de projectos que contemplem prospecção direccionada para a arte rupestre, existindo algumas zonas que a probabilidade de encontrar sítios pode ser elevada (alguns exemplos: Serra Algarvia, num pequeno troço do rio Sado ou na Serra da Adiça e Ardila).

Um regresso a sítios já conhecidos, com novas abordagens e metodologias, possibilitará também a produção de novos conhecimentos, destacando-se para esta ideia o complexo do Escoural, quer em relação à arte paleolítica do interior da gruta, como para o povoado calcolítico exterior onde surgem rochas gravadas com arte esquemática.

Por último, atendendo à polémica das gravuras do Alqueva, não deixa de ser interessante verificar que após a experiência que a “geração Tejo” teve no salvamento pelo registo das gravuras do Vale do Tejo, impulsionando a adopção de práticas científicas nos estudos de arte rupestre, o mesmo erro tenha sido efectuado por duas vezes. A primeira vez no Côa e a segunda no Guadiana, projectos em que não foi feita prospecção intensiva e sistemática direccionada para arte rupestre, com equipas especializadas. Neste caso, foi à terceira vez que se acertou, com o Vale do Sabor, onde após um primeiro Estudo de Impacte Ambiental muito parcelar e sintético, foi formada uma equipa de arqueólogos direccionados apenas para arte rupestre, o que levou à identificação, posterior levantamento e estudo de centenas de rochas historiadas. Não podemos, porém, deixar de pensar quantas mini-hidricas ou barragens de menores dimensões foram feitas sem a devida prospecção sistemática para arte rupestre? Provavelmente saberemos daqui a umas dezenas de anos... as gravuras lá estarão.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Lara Bacelar (2013) – Anexo I. A Rocha Gravada de Agualta 7, in *As Comunidades Agropastoris na Margem esquerda do Guadiana*, VALERA, António Carlos, Memória d' Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva 2ª série, nº 6, EDIA, pp. 505-538.
- ARAÚJO, Ana Cristina; LEJEUNE, Marilyse (1995) – A Gruta do Escoural (Necrópole Neolítica e Arte Rupestre Paleolítica), *Trabalhos de Arqueologia*, nº 8, IPPAR, Lisboa.
- AUBRY, Thierry; BARBOSA, Fernando; GAMEIRO, Cristina; LUÍS, Luís; MATIAS, Henrique; SANTOS, André Tomás; SILVESTRE, Marcelo (2015) – De regresso à Cardina 13 anos depois. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 2014 no Vale do Côa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 18, pp. 5-26.
- BAPTISTA, António Martinho (1995) – O Centro Nacional de Arte Rupestre e o património artístico da pré-história em Portugal, *Encontros de divulgação e debates em estudos sociais*, Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, pp. 135-137.
- BAPTISTA, António Martinho (2001) – Trabalhos do Centro Nacional de Arte Rupestre, *Al-Madan*, Centro de Arqueologia de Almada, II série, nº 10, pp. 201-203.
- BAPTISTA, António Martinho (2002) – Arte Rupestre na Área de influência da Barragem do Alqueva em Portugal, *Al-Madan*, Centro de Arqueologia de Almada, II série, nº 11, pp. 158-164.
- BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás (2013) – A Arte Rupestre do Guadiana Português na área de influência do Alqueva, *Memórias d'Odiana – 2ª série*, nº 1, EDIA, 339 p.
- BICHO, Nuno (2006) – A Pré-História do Algarve, Territórios da Pré-História em Portugal – coord. Luiz Oosterbeek, vol. 9, ARKEOS.
- BICHO, Nuno; SÍMON VALLEJO, María; CORTÉS SÁNCHEZ, Miguel (2012) – A Solutrean zoomorphic engraved plaquette from the site of Vale Boi, Portugal, *Quartär*, 59, pp. 153-164.
- BREUIL, Henri (1933a) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. I – Au Nord du Tage*, Imprimerie de Lagny.
- BREUIL, Henri (1933b) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. II – Bassin du Guadiana*, Imprimerie de Lagny.
- BREUIL, Henri (1935) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. IV – Sud-Est et Est de l'Espagne*, Imprimerie de Lagny.
- CAMPOS, António Luís (2016) – A Química da Arte Rupestre, *National Geographic Portugal*, Julho 2016.
- CASTRO, Luís de Albuquerque; FERREIRA, Octávio da Veiga (1960-1961) – As pinturas rupestres Esquemáticas da Serra dos Louçães, *Conímbriga*, Vols. II-III, Universidade de Coimbra, pp. 1-20.
- COLLADO GIRALDO, Hipólito (2006) – *Arte Rupestre en la Cuenca del Guadiana: El Conjunto de Grabados del Molino Manzániz (Alconchel-Cheles)*, *Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva*, 4, EDIA, S.A., 559 p.
- FIGUEIREDO, Sofia; XAVIER, Pedro; NOBRE, Luís (2015) – Placas móveis com grafismos rupestres paleolíticos do Terraço do Medal (Nordeste, Portugal): uma primeira análise a temas e estilos, *ARKEOS 37, XIX INTERNATIONAL ROCK ART CONFERENCE – IFRAO 2015*, pp. 1573-1588.
- GOMES, Mário Varela (1984) – In Memoriam, *O Arqueólogo Português*, série 4, nº 2, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 7-14.
- GOMES, Mário Varela (1985) – Abrigo Pinho Monteiro – 1982, *Informação Arqueológica 5 – 1982/83*, Lisboa: Instituto Português de Património Cultural, pp. 90-91.
- GOMES, Mário Varela (1989) – Arte Rupestre e Contexto Arqueológico, *Almansor – Revista de Cultura*, nº 7, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pp. 225-269.
- GOMES, Mário Varela (2001) – O Património Amordaçado, ainda a arte rupestre do Guadiana, *al-madan*, II série, nº 11, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 50-53.
- GOMES, Mário Varela (2002) – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século, *Arqueologia e História, Arqueologia 2000 – Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*, nº 54, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 139-194.
- GOMES, Mário Varela (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo – Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 3 vols, (Dissertação de Doutoramento, texto polycopiado).
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; SANTOS, M. Farinha dos (1994) – O santuário exterior do Escoural - Sector SE, *V Jornadas Arqueológicas - Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 2º volume, Lisboa, pp. 93-108.
- MARTINS, Andrea (2011) – Arte esquemática em Portugal: um projecto em construção, OrJIA eds., *Actas de las II Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica (Madrid, 6, 7 y 8 de Mayo de 2009)*, JIA 2009, Tomo II, pp. 815-818.
- MARTINS, Andrea (2013a) – Arte Esquemático en Portugal: los abrigos com pinturas del Macizo Calcáreo Extremeño, In MARTÍNEZ GARCÍA, Julian; HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro, coord., *Arte Rupestre Esquemático en la Península Ibérica – II Congreso 2010*, Ayuntamiento de Vélez-Blanco, pp. 317-323.
- MARTINS, Andrea (2013b) – A Pintura Rupestre Esquemática em Portugal: muitos sítios, mesmas pessoas?, In AR-

- NAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coord., *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 495-505.
- MARTINS, Andrea (2014) – *Abrigos de Arte Esquemática Pintada do Centro de Portugal: mundo simbólico e antropização da paisagem*, Universidade do Algarve, 2 vols (texto policopiado).
- MARTINS, Andrea (2016) – *A Pintura Rupestre do Centro de Portugal. Antropização Simbólica da Paisagem pelas Primeiras Sociedades Agro-pastoris*, *Monografias AAP*, 3, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- OLIVEIRA, Jorge de (2004) – A arte rupestre no contexto megalítico Norte-Alentejano, *Sinais da Pedra – Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica*, Ed. Fundação Eugénio de Almeida, cd-rom.
- OLIVEIRA, Jorge de; BORGES, Sofia (1998) – Arte Rupestre no Parque Natural da Serra de São Mamede, *Ibn Maruan – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 8, Câmara Municipal de Marvão, Edições Colibri, pp. 193-202.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2009) – *Relatório de Progresso do PNTA – ARA – Arte Rupestre de Arronches em 2009*, Universidade de Évora, (IGESPAR – texto policopiado).
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2013) – Abrigo Igreja dos Mouros – Esperança – Arronches, no contexto da Arte Esquemática da Serra de S. Mamede, In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coord., *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 507-514.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2015a) – Trabalhos Arqueológicos nos abrigos com arte rupestre da Serra de S. Mamede, *Actas del VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, Ayuntamiento de Aroche, pp. 199-218.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2015b) – A arte rupestre esquemática pintada no contexto megalítico da Serra de São Mamede, GONÇAVES, V.; DINIZ, M.; SOUSA, A.C (eds.), *5º Congresso do Neolítico Peninsular, estudos & memórias* 8, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 547-556.
- PEIXOTO, Ana (1997) – A Lapa dos Gaivões – Arronches, *Ibn Maruan – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 7, Câmara Municipal de Marvão, pp. 265-291.
- PESTANA, Manuel Inácio (1984) – Arte Rupestre – do conjunto pictórico dos Louções ao da Serra do Cavaleiro agora descoberto, *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, Março 3, Portalegre: Edições Colibri, pp. 33-35.
- PESTANA, Manuel Inácio (1987) – Arte Rupestre da freguesia da Esperança (concelho de Arronches), *Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano 85 – actas*, pp. 17-24.
- RIBEIRO, Margarida (2011) – Pinturas Rupestres do Ninho do Bufo na Penha da Esparoeira – Marvão. Notícia da sua descoberta, In CARNEIRO, André; ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula; OLIVEIRA, Jorge, eds., *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3ª Jornadas*, Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Fronteira, pp. 405-409.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim (1942) – *Arte Rupestre*, Comunicação apresentada ao I Congresso do Mundo Português, Porto, 49 p.
- SILVA, António Carlos (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana*, Memórias d’Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, nº 1, EDIA.
- SILVA, António Carlos (2000) – Inventário Arqueológico, Actualização, *Das Pedras do Xerez às novas Terras da Luz*, Memórias d’Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, nº 2, EDIA, pp. 303-363.
- SILVA, António Carlos (2001) – A Minimização de Impactes Arqueológicos no Alqueva e a “Arte Rupestre do Guadiana”, *Al-Madan*, IIª série, 10, Centro de Arqueologia de Alameda, pp. 80-86.
- SILVA, António Carlos (2011) – *Uma Gruta Pré-Histórica no Alentejo – Escoural*, Ministério da Cultura, Direcção Regional de Cultura do Alentejo.
- SÍMON VALLEJO, María; CORTÉS SÁNCHEZ, Miguel; BICHO, Nuno (2012) – Primeras evidencias de arte mueble paleolítico en el sur de Portugal, *Trabajos de Prehistoria*, 69, N.º 1, enero-junio 2012, pp. 7-20.
- VALERA, António Carlos (2013) – *As Comunidades Agro-pastoris na Margem esquerda do Guadiana*, Memória d’Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva 2ª série, nº 6, EDIA.
- VILHENA, Jorge; ALVES, Lara Bacelar (2007) – Subir à maior altura. Espaços funerários, lugares do quotidiano e ‘arte rupestre’ no contexto da Idade do Bronze do Médio/Baixo Mira, *Vipasca – Arqueologia e História*, N.º 2. 2ª série, pp. 194-218.



Figura 1 – Gruta do Escoural



Figura 2 – Gruta do Escoural – painel onde se visualizam várias representações de auroques.



Figura 3 – Vale do Tejo – rocha do núcleo do Fratel, um dos poucos que não se encontram submersos.

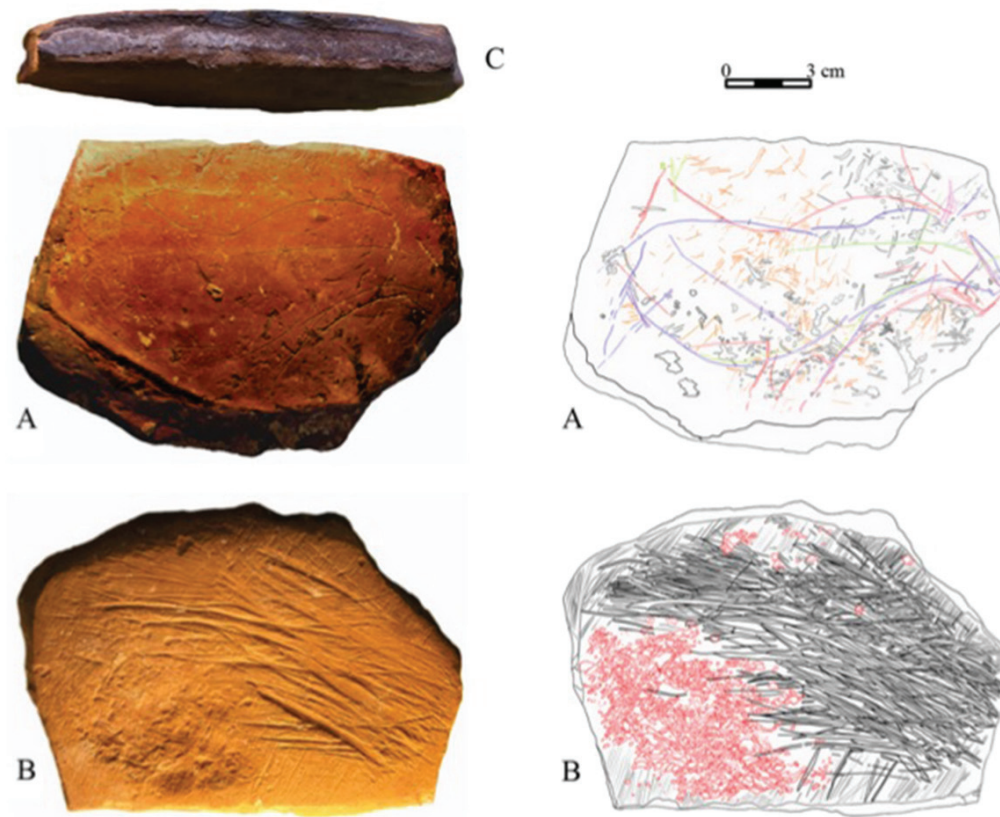


Figura 4 – Placa 1 de Vale de Boi (Simón Vallejo *et al.*, 2012).



Figura 5 – Menir central do Cromeleque do Xarez, visualizando-se as covinhas (autoria André Teixeira).

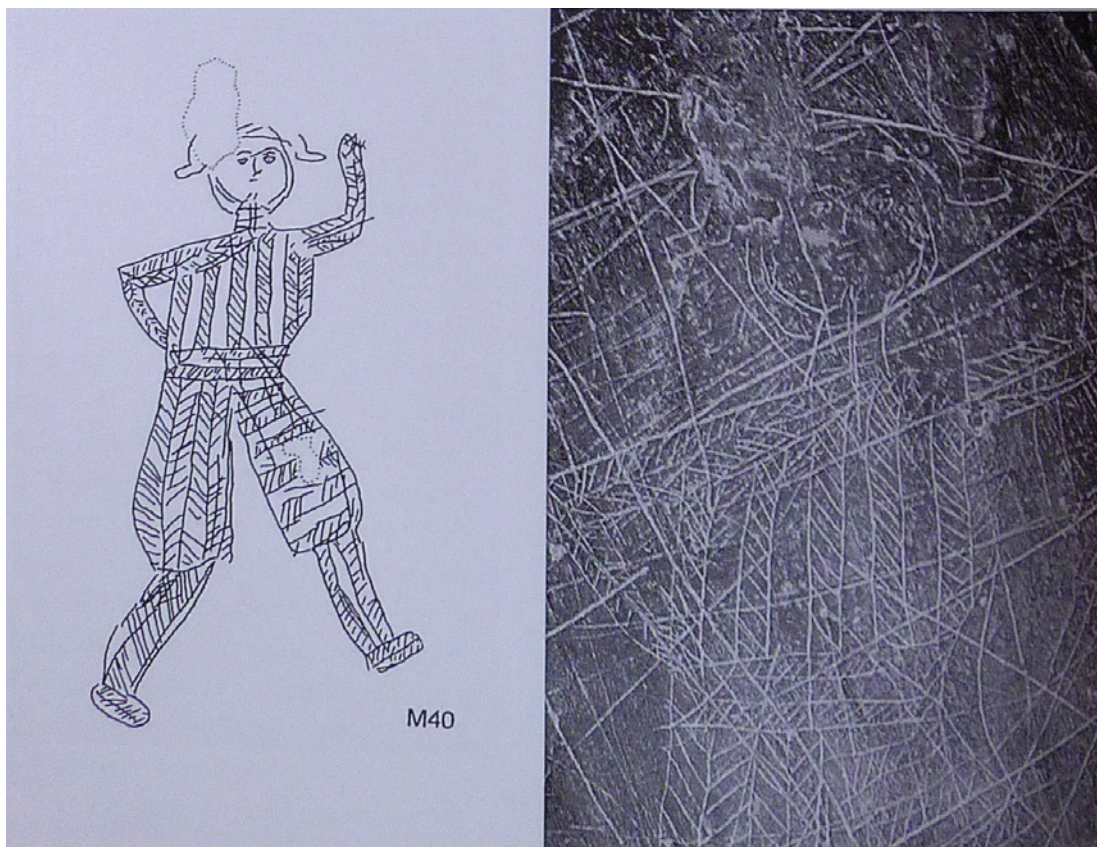


Figura 6 – Agualta 7 – antropomorfo de época moderna (Alves, 2013).

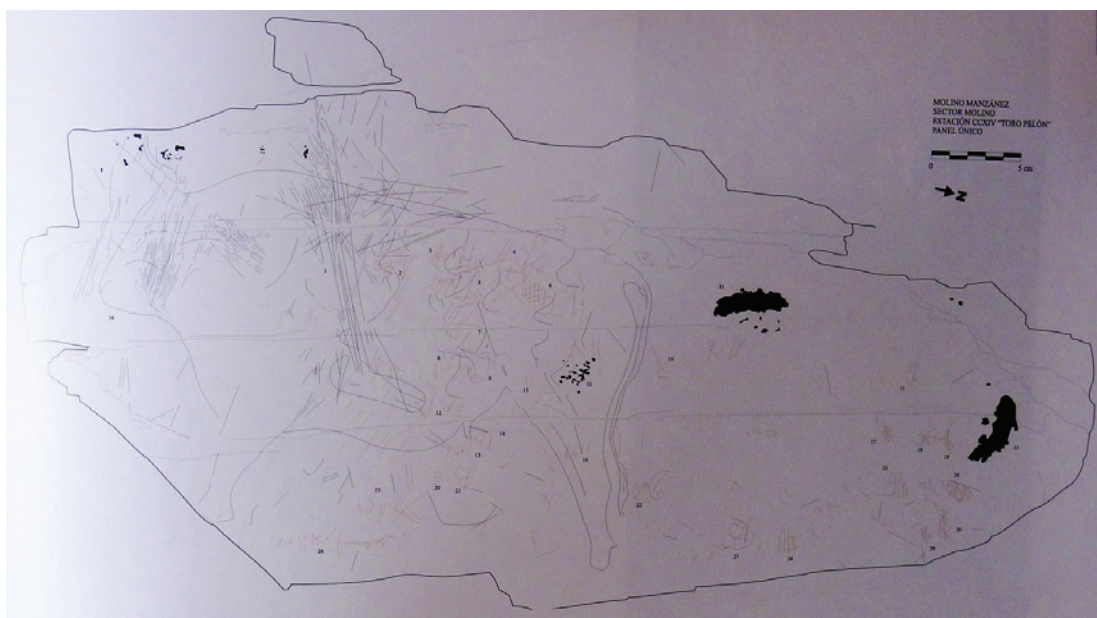


Figura 7 – Molino de Manzániz, representação de bovívdeo paleolítico (Collado Giraldo, 2006).

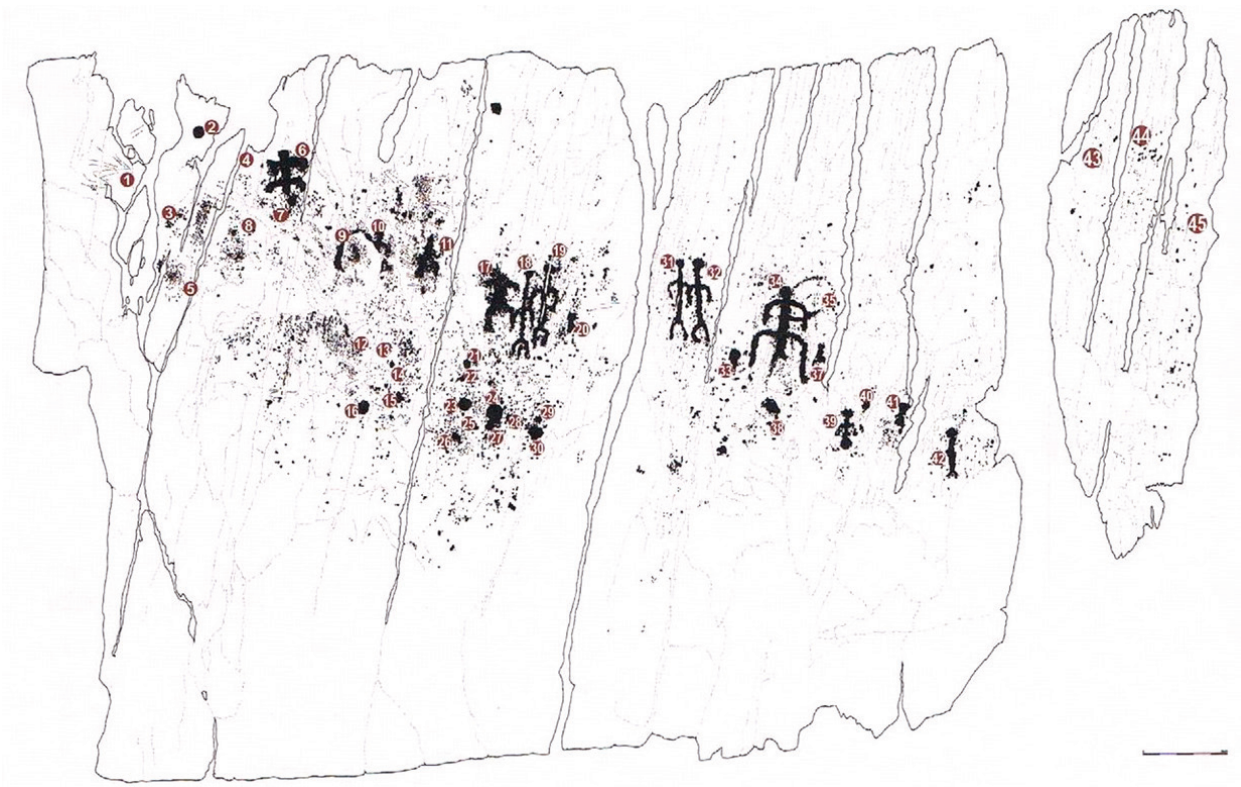


Figura 8 – Rocha 2 da Perdigoa (Baptista e Santos, 2013).



Figura 9 – Lapa dos Gaivões - painel 1, visualizando-se um motivo antropomórfico, um círculo, um serpenti-forme e um zoomorfo.



Figura 10 – Lapa dos Louções – motivo polilobado.

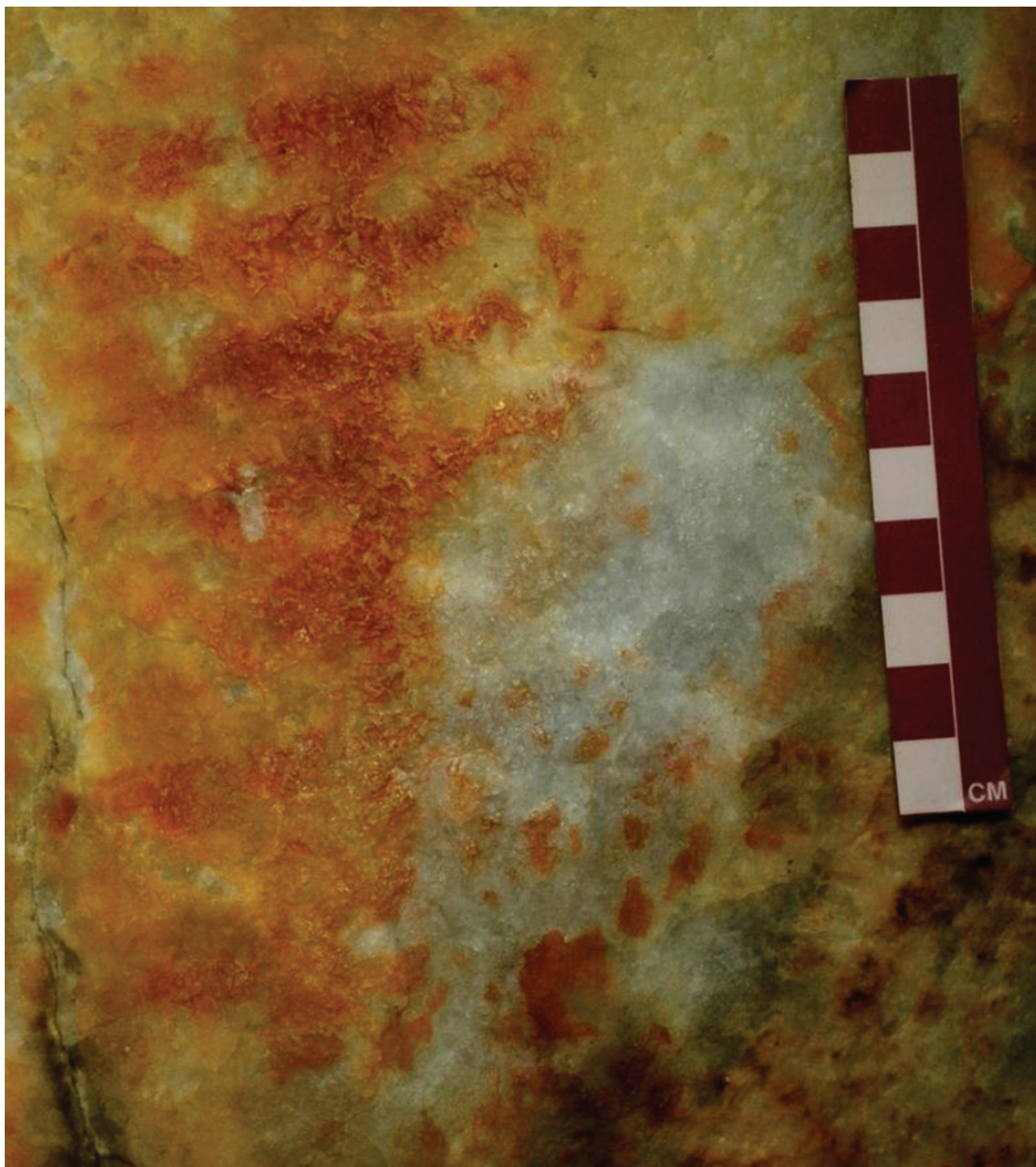


Figura 11 – Igreja dos Mouros – motivo 6 (Martins, 2014).

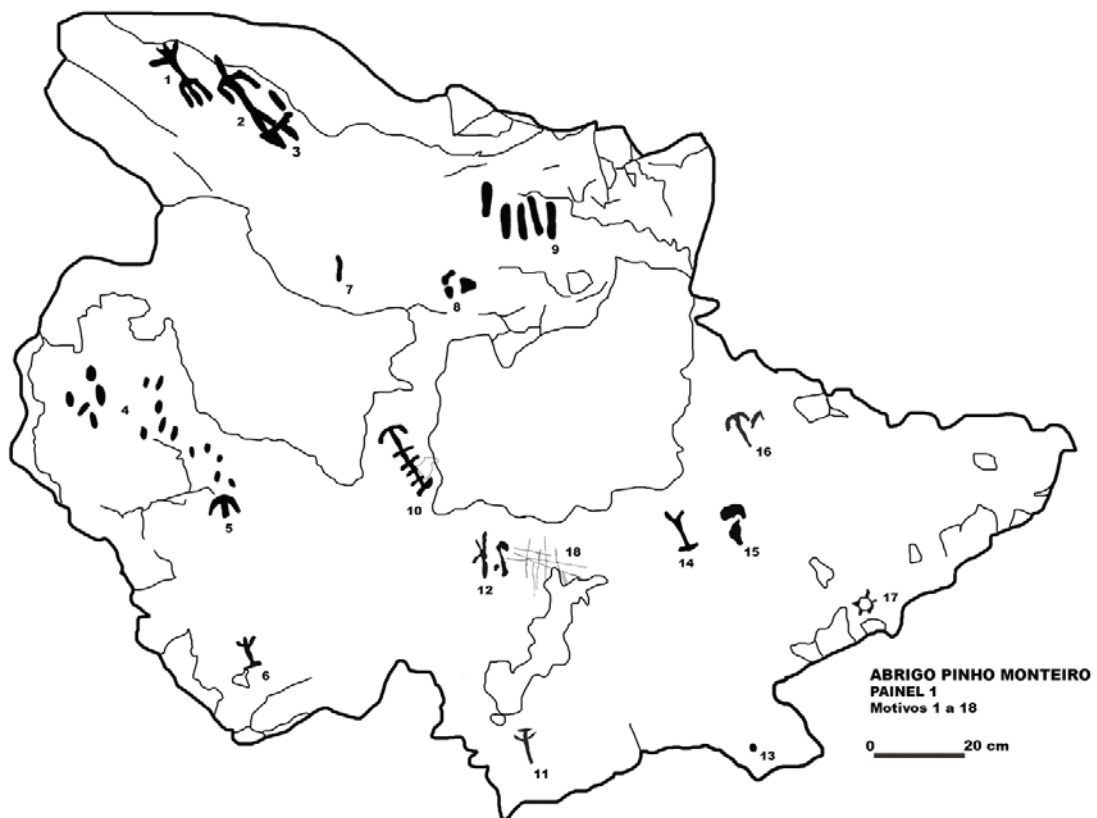


Figura 12 – Abrigo Pinho Monteiro – painel 1 (Martins, 2014).

